

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Belas Artes
Programa de Pós-graduação em Artes
Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias
Contemporâneas

Lidiane do Carmo Gomes Campagnacci Schreiber

**CELEBRANDO A CULTURA AFRO-BRASILEIRA ATRAVÉS DA ARTE: Uma
Proposta Educativa Antirracista no Ensino Fundamental**

Belo Horizonte
2023

Lidiane do Carmo Gomes Campagnacci Schreiber

**CELEBRANDO A CULTURA AFRO-BRASILEIRA ATRAVÉS DA ARTE: Uma
Proposta Educativa Antirracista no Ensino Fundamental**

Monografia de Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas – CEEAV do Programa de Pós-graduação em Artes – PPG Artes, da Escola de Belas Artes – EBA, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas.

Orientador(a): André Luiz Sousa

Belo Horizonte

2023

Ficha catalográfica
(Biblioteca Prof. Marcello de Vasconcellos Coelho - EBA- UFMG)

707
S378c
2023

Schreiber, Lidiane Gomes, 1978-
Celebrando a cultura afro-brasileira através da arte [recurso eletrônico] :
uma proposta educativa antirracista no ensino fundamental / Lidiane do
Carmo Gomes Campagnacci Schreiber. – 2023.
1 recurso online.

Orientador: André Luiz Sousa.

Monografia de Especialização apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Artes - PPG-Artes, do Curso de Especialização em Ensino de
Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas - CEEAV, da Escola de Belas
Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para
a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais e
Tecnologias Contemporâneas.

Inclui bibliografia.

1. Arte – Estudo e ensino. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Relações raciais.
4. Educação de crianças. I. Sousa, André Luiz. II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Escola de Belas Artes. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: **LIDIANE DO CARMO GOMES CAMPAGNACCI**, Nº. DE REGISTRO: **2021723920**.

TRABALHO FINAL: **“CELEBRANDO A CULTURA AFRO-BRASILEIRA ATRAVÉS DA ARTE: uma proposta educativa antirracista no ensino fundamental”**.

Trabalho de Conclusão da Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas – CEEAV, do Programa de Pós-graduação em Artes – PPG Artes, da Escola de Belas Artes – EBA, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais e Tecnologias Contemporâneas.

APROVADO em 30 de junho de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos Membros:

Prof. Me. André Luiz de Sousa (Orientador/ CEEAV/PPG Artes/ EBA/ UFMG)

Profa. Me. Eneida Campos de Carvalho e Silva (Membro da Banca Examinadora/ PPG Artes/ EBA/ UFMG)



Documento assinado eletronicamente por **Eneida Campos de Carvalho e Silva, Usuária Externa**, em 04/07/2023, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz de Sousa, Usuário Externo**, em 04/07/2023, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2441800** e o código CRC **135735B9**.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradecer é prestar contas do feito e do vivido... é dizer que nada poderia ter sido feito sem contar com a ajuda de tantas mãos... de tantos abraços de amparo... de tantos conhecimentos... de tantas conexões e reconexões.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha imensa gratidão aos meus ancestrais negros. Reconheço a dor que enfrentaram ao serem arrancados de suas terras e trazidos para uma realidade desconhecida. Suas lutas, negação de direitos e a usurpação de sua história e cultura me inspiraram a resgatar e valorizar minhas raízes negras. Este trabalho é fruto desse resgate.

À minha mãe, minha primeira professora, agradeço imensamente por ter plantado a semente do conhecimento em meu coração. É graças a você que hoje colho os frutos dessa luta por práticas antirracistas e uma educação mais igualitária.

Quero expressar minha gratidão ao meu marido e minha filha pela compreensão nos momentos em que estive ausente, e sei que não foram poucos. Seu apoio incondicional e paciência foram essenciais para que eu pudesse me dedicar a este trabalho.

Minha gratidão também se estende à Lilian, que me introduziu nesse caminho com sua prática contagiante e seu olhar sensível para a temática abordada. Tenho certeza de que nossa parceria será duradoura e que juntas continuaremos a contribuir para um mundo mais justo e igualitário.

Não posso deixar de agradecer minha parceira de estudos, Rose Cristina. Agradeço pela companhia nas produções, pelas discussões enriquecedoras e pela coragem de desafiar os paradigmas estabelecidos. Nossa jornada conjunta na difícil arte de ensinar e romper barreiras tem sido inspiradora.

Minha gratidão ao meu orientador André, você foi uma grata surpresa no fechamento dessa especialização. Que bom conhecê-lo, você com seu olhar sensível foi de extrema importância para a conclusão dessa pesquisa.

Quero expressar minha gratidão à gestão da Escola Levindo Lopes por acreditar no meu trabalho e acolher minhas propostas de braços abertos. Sua

confiança e apoio foram fundamentais para que eu pudesse desenvolver este projeto.

E por último, mas não menos importante, agradeço aos meus alunos. É para vocês que toda essa trajetória é dedicada. Meu objetivo é contribuir para um mundo mais justo e igualitário, onde todos tenham as mesmas oportunidades. Seu entusiasmo e dedicação me motivam a continuar nessa luta.

A todos vocês, meu mais sincero e profundo agradecimento. Sem cada um dos envolvidos, este trabalho não teria sido possível. Que nossa jornada continue, sempre pautada pela busca da justiça, igualdade e respeito.

“Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar”.

Angela Davis

RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem como objetivo identificar e descrever o ensino de arte no segundo ciclo do ensino fundamental (4º e 5º ano) e avaliar a influência da Lei nº 10.639, homologada em 2003, que instituiu o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica em todo o país. Vinte anos após a homologação dessa Lei, busca-se analisar sua aplicação no contexto do ensino de Arte, levando em consideração a educação para as relações étnico-raciais. Os principais objetivos dessa pesquisa são: discutir a efetividade da Lei 10.639/2003 e suas contribuições para o ensino de Arte no 4º ano do ensino fundamental na Escola Municipal Levindo Lopes; descrever e analisar práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de Arte no segundo ciclo do ensino fundamental que promovam uma educação para as relações étnico-raciais e avaliar os efeitos e alcances dessas abordagens no ensino de Arte, considerando a perspectiva dos alunos sobre a temática. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa foram investigadas as práticas de ensino de Arte no contexto específico dessa escola. Em seguida foi feita uma análise das práticas pedagógicas adotadas pela professora, com o intuito de compreender como elas contribuem para uma educação que promova a valorização da diversidade étnico-racial. Foram utilizadas metodologias como observação e registro das práticas realizadas em sala, entrevistas com a professora e os alunos. Os dados coletados foram analisados, buscando identificar os efeitos e alcances das abordagens adotadas no ensino de Arte, bem como compreender a percepção dos estudantes em relação ao tema. Espera-se que este estudo contribua para o entendimento da aplicação da Lei 10.639/2003 no ensino de Arte no segundo ciclo do ensino fundamental, além de fornecer conhecimento sobre as práticas pedagógicas que promovem uma educação para as relações étnico-raciais.

Palavras-chave: educação antirracista; diversidade; arte negra.

ABSTRACT

The present academic work aims to identify and describe the teaching of art in the second cycle of fundamental education (4th and 5th year) and to evaluate the influence of Law nº 10.639, approved in 2003, which instituted the teaching of African and Afro history and culture -Brazilian in Basic Education across the country. Twenty years after the approval of this Law, we seek to analyze its application in the context of teaching Art, taking into account education for ethnic-racial relations. The main objectives of this research are: to discuss the effectiveness of Law 10.639/2003 and its contributions to the teaching of Art in the 4th year of elementary school at the Municipal School Levindo Lopes; describe and analyze pedagogical practices related to art teaching in the second cycle of elementary school that promote education for ethnic-racial relations and evaluate the effects and scope of these approaches in art teaching, considering the students' perspective on the subject. Because it is a qualitative research, the practices of teaching Art were investigated in the specific context of this school. Then, an analysis was made of the pedagogical practices adopted by the teacher, in order to understand how they contribute to an education that promotes the appreciation of ethnic-racial diversity. Methodologies such as observation and recording of practices carried out in the classroom, interviews with the teacher and students were used. The collected data were analyzed, seeking to identify the effects and scope of the approaches adopted in the teaching of Art, as well as to understand the students' perception in relation to the theme. It is hoped that this study will contribute to the understanding of the application of Law 10.639/2003 in the teaching of Art in the second cycle of fundamental education, in addition to providing knowledge about the pedagogical practices that promote an education for ethnic-racial relations.

Keywords: anti-racist education; diversity; black art.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Que cor é minha cor?	37
Figura 1 – Autorretrato	39
Figura 2 – Autorretrato	39
Fotografia 2 – Monotipia	41
Figura 3 – Registro da história Kioni – A pequena Mandingueira	42
Figura 4 – Registro da história Kioni – A pequena Mandingueira	42
Figura 5 – Registro da história Kioni – A pequena Mandingueira	43
Figura 6 – Trama	44
Fotografia 3 – Oficina de Turbantes	45
Figura 7 – Desenho Akin	46
Figura 8 – Desenho Jata	46
Figura 9 – Desenho Nala	47
Figura 10 – Desenho Kito	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
EBA	Escola de Belas Artes
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MNU	Movimento Negro Unificado
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RMBH	Rede Municipal de Belo Horizonte
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TEM	Teatro Experimental do Negro
TNT	Tecido Não Tecido
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFAZENDO CAMINHOS, RECONNECTANDO LAÇOS: como o estudo das Relações Étnico-Raciais me conectou a minha ancestralidade	17
3 (RE)CONSTRUINDO RAÍZES: A valorização da História e da Cultura Afro-brasileira através da arte	24
3.1 POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Leis, Propostas e Paradigmas Transformadores.....	25
3.2 O ENSINO DA ARTE NAS ESCOLAS: Uma Contextualização Histórica	28
3.3 ARTE AFRO-BRASILEIRA: Representatividade negra, identidade e diversidade em foco	31
4 PROMOVENDO A DIVERSIDADE ATRAVÉS DA ARTE: a Escola Levindo Lopes e a educação para as relações Étnico-Raciais	34
4.1 CRIANÇAS COMO SUJEITOS DA PESQUISA: Promovendo uma educação Antirracista.....	36
4.2 ETAPAS METODOLÓGICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	37
4.3 COM A PALAVRA OS ALUNOS: Por uma Educação Antirracista	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50
ANEXOS	53

1 - INTRODUÇÃO:

[...]vou aprendendo a ser eu mesmo em minha relação com o contrário de mim. E quanto mais me dou à experiências de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo meu perfil (FREIRE, 1996, p.134).

Munanga (2008) aponta que a visão deturpada de que a mistura é fundamental para tornar os sujeitos mais civilizados não só é uma forma velada de racismo como também prejudica de forma efetiva a formação de nossos jovens. Hoje percebo que cresci dentro dessa concepção, filha de mãe branca e pai negro, durante muito tempo quis viver na segurança do embranquecimento.

A história nos mostra que as discussões sobre as relações sociais, a discriminação e o racismo são relativamente recentes e que mesmo as Políticas Públicas¹ implementadas ainda não são capazes de garantir essa igualdade de direitos.

O perigo de uma história única, um texto compilado da palestra proferida pela escritora Chimamanda Ngozi Adichie no TED Talk em 2009, relata como apresentar apenas uma história pode ser uma forma de perpetuar o preconceito. Ela começa falando da sua experiência de criança negra, nascida na Nigéria, um país tropical, mas que cresceu lendo histórias de princesas brancas, que viviam na neve e comiam maçãs e do quanto esses personagens influenciaram o seu imaginário infantil.

O que isso demonstra, acho, é quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história, particularmente durante a infância. Como eu só tinha lido livros nos quais os personagens eram estrangeiros, tinha ficado convencida de que os livros, por sua própria natureza, precisavam ter estrangeiros e ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. Mas tudo mudou quando descobri os livros africanos (ADICHIE, 2009).

¹ Políticas públicas são as ações desenvolvidas pelo governo para garantir direitos à população em diversas áreas, como saúde, educação e lazer, com o objetivo de promover qualidade de vida e bem-estar da população. A Lei 12.711/2012, um exemplo dessas políticas, determina que metade das vagas de instituições de ensino superior públicas devem ser destinadas a candidatos que estudaram os três anos do ensino médio na rede pública. A Lei em seu Art. 3º determina ainda que as vagas de que trata o art. 1º da Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O Estatuto da Igualdade Racial de 20 de julho de 2010 é um instrumento normativo brasileiro que estabelece a efetivação da igualdade de oportunidade, a garantia e defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnico-racial”.

Para reforçar o perigo da história única, ela relata ainda o caso do menino Fide, que trabalhava em sua casa, e do rótulo criado por ela de que a pobreza da sua família limitava sua capacidade de produzir algo. A autora narra ainda sua chegada aos Estados Unidos para estudar e como ela ficou espantada com a forma como os americanos viam o continente africano, sem compreender que ele é formado por muitos países com culturas e estruturas diferentes. Nesse momento ela refletiu sobre o fato de que se ela não fosse nigeriana também veria os africanos como ela via a família de Fide.

Chimamanda finaliza seu texto falando que histórias importam, que muitas histórias importam e que as histórias foram usadas em diversos momentos para espoliar e caluniar, mas que elas podem ser usadas para humanizar e empoderar, além de serem a oportunidade de reparar a dignidade daqueles que foram despedaçados por essa história única.

Concordo com a escritora, durante muito tempo uma história foi repetida como verdade, outras histórias foram silenciadas. A visão eurocêntrica permeou durante muito tempo o trabalho nas instituições de ensino, e mesmo hoje empreendemos uma batalha diária para desmistificar tudo o que foi apresentado no passado sobre os povos indígenas e os negros que foram escravizados.

Hoje tenho certeza de que a escritora tem razão, para haver igualdade é preciso que as crianças ouçam histórias nas quais elas se reconheçam, assim como elas precisam se sentir representadas por artistas e personalidades da história com características semelhantes às suas.

No que diz respeito ao ensino da Arte também vemos pouca representatividade dos negros e indígenas no material disponibilizado, ainda temos os mesmos artistas sendo apresentados aos alunos, Leonardo da Vinci, Portinari, entre outros. Porque não trabalhar com Abdias do Nascimento. Robinho Santana, Arissana Pataxó?

A arte desempenha um papel fundamental na formação e compreensão das relações étnicas-raciais em nossa sociedade, uma vez que enquanto expressão cultural ela reflete e questiona as dinâmicas sociais, políticas e histórias, oferecendo uma perspectiva sobre as experiências científicas e identidades das diferentes

comunidades. No contexto das relações étnico-raciais o ensino da Arte desempenha um papel relevante na promoção da diversidade na valorização da cultura afro-brasileiras e de outras culturas presentes em nosso país. Através das diversas formas de expressão artística é possível explorar e reconhecer a pluralidade de vivências e perspectivas existentes dentro de uma sociedade multicultural.

No entanto, infelizmente, o ensino da Arte nas escolas muitas vezes tem sido pautado por uma perspectiva eurocêntrica, que privilegia determinadas expressões artísticas em detrimento de outras e marginaliza as manifestações culturais afro-brasileiras. Essa abordagem equivocada contribui para reproduzir estereótipos, preconceitos e desigualdades, reforçando hierarquias e inviabilizando contribuições as culturas desses grupos que historicamente foram segregados.

Diante desse cenário, é fundamental repensar e transformar o ensino da Arte incorporando uma perspectiva antirracista. Para isso é preciso reconhecer a importância da cultura afro-brasileira, garantindo a sua presença e valorização no currículo escolar, assim como é preciso promover o diálogo entre diferentes tradições artísticas, estimulando a troca de conhecimento e experiências.

Nessa pesquisa propõe-se explorar o ensino da Arte para as relações étnico-raciais buscando compreender os desafios e possibilidades de uma abordagem mais inclusiva e plural. Sendo assim, constitui-se como objetivo geral da pesquisa identificar e descrever o ensino de arte no 2º segundo ciclo do ensino fundamental (4º e 5º ano), dimensionando as perspectivas da Lei 10.639/2003 e a Educação para as relações étnico-raciais. Dela desdobra-se os seguintes objetivos específicos: Discutir a efetividade da Lei 10.639/2003 e seus alcances no ensino de Arte no 4º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Levindo Lopes. Descrever e analisar práticas relacionadas ao ensino da Arte no 2º ciclo do ensino fundamental que contribuem para uma educação das Relações Étnico-raciais. Avaliar os efeitos e alcances de tais abordagens no ensino de Arte, a partir da perspectiva discente, sobre a temática.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, num primeiro momento realizou-se um levantamento bibliográfico. Privilegiou-se a utilização da pesquisa de cunho qualitativo, sem, no entanto, deixar de fazer uso de dados quantitativos, quando foram necessários. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada através da utilização de livros, artigos, revistas, periódicos, ou seja, materiais já publicados.

Após estudo bibliográfico, foi realizada uma pesquisa de campo. Em campo foram usados recursos como diário de bordo, onde foram registradas as observações realizadas durante as aulas e o celular, como recurso de câmera fotográfica e de vídeo para registro de imagens. Durante três meses acompanhei o trabalho de uma professora da Rede Municipal de Belo Horizonte (RMBH), nas aulas de Arte em uma turma de 4º ano.

Além das observações durante as aulas, também colhi depoimentos da professora sobre os seus objetivos com o trabalho realizado em sala e como esse trabalho contribui para uma educação antirracista. Também ouvi os alunos sobre o que eles achavam das aulas de arte e o que eles aprenderam que possui relação com a história e cultura dos povos negros do Brasil. As entrevistas realizadas com os alunos foram semiestruturadas, uma vez que havia um roteiro, mas a partir das respostas dos mesmos outras perguntas foram acrescentadas para auxiliar na produção da pesquisa. Em relação a professora a entrevista realizada foi estruturada, mas foram registrados também relatos da mesma no decorrer das aulas.

O campo de análise foi uma turma de 4º ano da Escola Municipal Levindo Lopes, uma instituição da RMBH que atende alunos do 1º e 2º ciclo do ensino fundamental e que fica localizada no bairro Paraíso, na zona leste de Belo Horizonte. No qual sou professora regente da turma e tenho como colega a professora Rosemary que leciona as aulas de Arte e que colaborou com essa pesquisa.

2 - REFAZENDO CAMINHOS, RECONNECTANDO LAÇOS: como o estudo das Relações Étnico-Raciais me conectou a minha ancestralidade.

Por onde começar? Muito simplesmente pelo meio. É no meio que convém fazer a entrada em um assunto. De onde partir? Do meio de uma prática, de uma vida, de um saber, de uma ignorância. Do meio dessa ignorância que é bom buscar no âmago do que se crê saber melhor (LANCRI, 2002, p. 18).

Começar por uma vida, uma trajetória, pensando nessa proposta de explorar sentidos, começar do meio, entendo que o ideal é buscar na minha história, o que me inquieta, o que me move e o que me constitui.

Apesar de ter nascido em uma família de classe média baixa, ao contrário da maioria das crianças da minha geração, comecei a estudar bem cedo. Aos três anos entrei para uma escola de educação infantil da rede privada. Minhas primeiras memórias da experiência escolar são as rodinhas, onde a professora contava histórias e cantava músicas conosco. Recordo-me também dos momentos de relaxamento e das brincadeiras no pátio da escola.

Meu pai, homem preto, nascido em uma fazenda no interior, teve pouco acesso à escola e o máximo que aprendeu foi a ler e escrever, veio para Belo Horizonte trabalhar e pouco compreendia sobre esse universo escolar.

Minha mãe, mulher branca, nascida no interior, veio com a família para a capital ainda pequena, mas ao contrário do meu pai teve mais acesso à educação, mesmo que, também, não tenha conseguido concluir o ensino fundamental. Apesar do pouco estudo, minha mãe sempre foi uma leitora voraz de todos os gêneros literários e essa foi minha grande influência.

Aos seis anos ingressei no ensino fundamental em uma instituição pública estadual, tudo era uma novidade, principalmente a possibilidade de ter acesso a livros, afinal naquele tempo comprar livros não era tão fácil e barato e o recurso era usar a biblioteca da escola para fazer empréstimos, e poder ler minhas próprias histórias.

Recordo-me da emoção da leitura das primeiras histórias, mas hoje quando busco em minhas memórias percebo a pouca ou nenhuma representatividade dos povos negros e indígenas nas mesmas.

Nessa fase minha principal companheira de brincadeiras era a filha de uma amiga da minha mãe que estudava em minha sala, ela era a representação personificada das personagens dos contos de fada, loira dos olhos azuis; ela era o centro da turma, cabia a nós, os outros alunos, atender a suas expectativas e necessidades. Nunca vou me esquecer de quando todas as meninas, tiveram que vender rifa de rainha da pipoca, da festa junina da escola, para que ela fosse eleita. Fiquei tão frustrada, qual menina daquela geração não sonhava com esse lugar?

Viver à sombra dessa colega fez com que eu me fechasse no universo dos livros e foi assim que eu ingressei nas séries finais do ensino fundamental. Focada nos estudos eu não possuía uma vida social, mas finalmente nesta fase consegui romper com essa “amizade” danosa. Mas isso não significa que nesse momento eu assumi meu lugar de fala, nessa fase a escola já havia me ensinado o suficiente para que eu entendesse qual era o meu lugar.

Hoje percebo que não ter acesso a histórias de mulheres que me representassem comprometeu a minha autoestima, principalmente na adolescência e no início da vida adulta. Nunca me achei bonita, aprendi a conviver com a imagem que via e a tentar esconder o máximo possível. Meu cabelo estava sempre preso, por causa do volume. As roupas eram blusas largas e calças compridas, para não chamar a atenção. Tudo o que eu desejava era ser invisível.

Essa necessidade de invisibilidade, agora compreendo, tem relação com o fato de durante toda minha trajetória escolar, assim como a maioria dos estudantes da minha geração, eu ter tido acesso a uma única história: a do branco colonizador.

Se não havia representatividade na história, o mesmo acontecia no campo das artes. Ao longo da minha trajetória escolar o trabalho de arte era voltado basicamente para as datas comemorativas, entre elas o descobrimento do Brasil e o dia do índio, abordagem essa que hoje me aterroriza, mas que naquele tempo eu não conseguia questionar.

Recordo-me, também, dos diversos desenhos para colorir, sem uma mínima preocupação das professoras em utilizar materiais diversificados, por exemplo, para o desenvolvimento desses trabalhos, os recursos eram basicamente giz de cera e lápis de cor. Em nenhuma fase da minha vida escolar fui apresentada à arte negra

ou indígena, artistas que conheci nessa trajetória eram apenas aqueles validados pela cultura eurocentrista.

O ensino de arte era muito prático, mas isso não significava uso de técnicas no qual nenhuma teoria era ofertada, tudo ficava solto, parecia não haver uma proposta de contextualização, a disciplina de educação artística parecia existir apenas para completar a grade escolar.

Por muito tempo acreditei em uma “descoberta” empreendida pelos portugueses que nos “apresentaram” cultura e civilidade. Como estudante não fui educada para questionar o modelo apresentado, mas sim para reproduzir a história contada de forma acrítica. Me formei no ensino médio com essa história única marcada em mim como ferro em brasa e foi assim que cheguei ao magistério.

Meu curso normal foi cursado no formato pós-médio, com habilitação para o magistério na educação infantil. Iniciei o curso em 2002, o mesmo durou dois anos. E não houve mudança em relação ao formato de educação com um viés eurocentrista e um ensino de arte para as datas comemorativas, a diferença é que a arte era apresentada também como espaço de confecção de painéis para enfeitar a sala de aula e produção de “lembrancinhas” para as datas comemorativas.

Comecei como professora na educação infantil na rede privada e, após essa formação de apagamento dos povos negros e indígena, eu segui com essa concepção acrítica e continuei reproduzindo essa versão de uma história única e junto dela a teoria de que em nosso país não existe preconceito e que somos o país da diversidade e democracia racial.

No ano de 2006 iniciei a faculdade de Pedagogia em uma instituição privada, e nesse espaço o debate acerca da temática da educação para as relações étnico-raciais não surgiu, mesmo que nesse momento a Lei nº 10.639/2003 já tivesse sido promulgada a três anos. A única lembrança sobre algum debate relacionado ao respeito e a reparação aos povos escravizados aconteceu em uma aula de história da educação, a professora falou que para falar em igualdade de direitos seria preciso que brancos tivessem seus direitos negados por mais de 100 anos. Fiquei muito revoltada com a fala dela e pensei que isso seria não apenas arbitrário, mas também uma forma de preconceito. Hoje depois de tudo que aprendi entendo que ela desejava apenas mostrar que não é possível apagar tudo o que aconteceu e que

a reparação da escravidão deve acontecer a partir de políticas de ações afirmativas no serviço público e na educação, visando romper com a visão estereotipada do negro.

Comecei a atuar na RMBH no ano de 2008, ainda na educação infantil, participei de diversas formações na rede, mas só fui ter contato com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, no ano de 2011. O conhecimento das Leis, no entanto, não me levou a compreender a real importância de se contemplar no currículo uma educação para a diversidade, a partir da temática das relações étnico-raciais.

Foi a partir de formações e conversas e principalmente o contato com uma colega de profissão, uma professora que já possuía em seu currículo uma longa trajetória de trabalho e reflexão dentro dessa temática, além de uma militância na luta pelos direitos dos afro-brasileiros, que me ajudaram a desconstruir tudo o que eu pensava que sabia.

A mudança não foi imediata. No início eu ainda questionava a relevância do trabalho dentro dessa temática, e hoje percebo que a principal barreira a ser vencida era minha dificuldade de autorreconhecimento e afirmação de minha identidade racial. Durante minha infância e adolescência sonhava em ter a pele clara e cabelos lisos, eu queria muito me reconhecer nos personagens que povoavam as histórias que eu conhecia, apesar de ter cabelos cacheados e não crespos, eu ainda não me encaixava no biotipo da beleza evidenciada na minha geração.

Em 2012 passei a atuar no ensino fundamental na RMBH, com alunos do 1º e 2º ciclos (1º ao 6º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais). Meu olhar para o trabalho relacionado às relações étnico-raciais começou a mudar nessa fase, me encorajando a buscar mais formação sobre o tema.

Em 2014, fiz uma especialização na UFMG voltada para a temática Gênero e Diversidade, tendo como tema do trabalho de conclusão do curso a influência da ancestralidade dos povos africanos na nossa cultura.

No ano de 2018, participei do 1º Congresso de Boas Práticas da Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com a minha colega a professora Rosemary Cristina, com o projeto: “Diversidade, eu respeito, o conhecimento que transforma”. A principal proposta desse projeto era promover práticas pedagógicas que valorizassem a diversidade, a partir da história dos povos indígenas e africanos,

tendo como base não apenas a história contada em livros canônicos, mas também a história das crianças e de seus antepassados. Nesse mesmo ano iniciei uma especialização na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com a temática Impactos da Violência na Escola.

Em 2019, participei do 2º Congresso de Boas Práticas da PBH, novamente em parceria com a professora Rosemary, desta vez com o projeto: “Por uma cultura de paz! - Práticas restaurativas na escola”. O principal foco desse projeto foi promover a estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental, práticas pedagógicas pautadas no respeito às diferenças, amenizando assim a violência que se manifesta dentro e fora do ambiente escolar. Nesse ano aprofundei mais meus estudos com uma nova especialização em História e Cultura Afro-brasileira.

O ano de 2020 foi talvez o mais complexo para todos nós professores, pois precisamos nos adaptar a um formato de educação diferenciado, o ensino remoto, por causa da pandemia da COVID 19. E mesmo nesse formato de ensino, a proposta de trabalho teve como foco a temática da diversidade, o projeto desenvolvido de maneira virtual foi: “A contribuição da Linguagem Digital no trabalho com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 em tempos de pandemia”.

E foi nesse período de reconhecimento, de conexão com minha ancestralidade negra e de oportunidade de me aquilombar com pessoas que vibram na mesma sintonia que a arte chegou até mim. Conheci a especialização ofertada pela EBA através da minha colega e parceira nessa trajetória relacionada à temática racial, Rosemary Cristina.

Ao buscar essa especialização minha proposta era melhorar minha prática docente. Naquele momento desejava conhecer e refletir sobre o fazer artístico em sala de aula e as abordagens a serem utilizadas para desenvolver o conteúdo dessa disciplina com meus estudantes. Hoje vou mais longe, depois de ser atravessada por essa trajetória, entendo o ensino da arte na educação como lugar de construção, de criação, de produção e de conexão.

Oliveira (2008), fala da importância da arte-educação multicultural para firmar uma política crítica e um compromisso com a justiça social. Segundo ela, nessa perspectiva a arte-educação seria dialógica, emancipatória e inclusiva, sendo um poderoso instrumento para reafirmar a diversidade. A autora afirma ainda que esse

modelo seria um caminho para estimular a consciência cultural dos sujeitos durante as relações, o que proporcionaria aos alunos negros a oportunidade de construir e se apropriarem de suas histórias.

Costumo dizer que o conhecimento é libertador, mas ele também envolve responsabilidade. Não é possível depois de se conhecer retomar o caminho do desconhecimento. Como na alegoria da caverna de Platão, ao sair e conhecer as verdadeiras formas não é possível negar o conhecimento.

Com o intuito de compreender um pouco mais e de contribuir para o trabalho voltado para as relações étnico-raciais me tornei representante, de uma das escolas em que atuo, do Núcleo de Estudos das Relações Étnico-raciais da PBH. Nesse processo tenho tido experiências significativas e por isso, hoje sinto que é minha responsabilidade ser uma professora que dá vez e voz à cultura dos povos que durante muito tempo foram silenciados.

Em 2022 participei do 3º Congresso de Boas Práticas da PBH, em parceria com a professora Rosemary, com o projeto: “Ubuntu nas Artes e na Literatura - Sensibilizando para as diferenças”, cujo principal objetivo era promover a cidadania e igualdade racial alcançável através das múltiplas linguagens artísticas e da literatura, tendo em vista uma educação antirracista.

Após toda minha trajetória de estudos e de autorreconhecimento entendo que com o objetivo de mascarar o preconceito racial existente em nosso país, a democracia racial foi difundida no Brasil a partir da argumentação de que a mistura de raças nos fez um povo único e singular, o mestiço se tornou a representação de uma identidade nacional.

Foi o aprofundamento dos estudos que me conectaram à minha ancestralidade. Durante mais de trinta anos eu me autodeclarei parda, eu estava junto a boa parte da população que procura se embranquecer para ser socialmente aceita, afinal ao longo de toda minha trajetória escolar, ninguém me apresentou personagens negros que me fizesse reconhecer a potência dos povos africanos, ou dos afro-brasileiros como produtores de cultura e de conhecimento.

Enquanto professora, hoje reconhecidamente negra, preciso garantir aos meus alunos um trabalho para o respeito à diversidade, trazendo para o cenário principal esses povos que durante muito tempo viveram à margem da educação.

Busco promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, dando vez e voz à cultura dos povos que durante muito tempo foram silenciados.

As reflexões acerca de tal temática têm me permitido compreender que ainda precisamos avançar para garantir a igualdade de direitos e uma maior representatividade dos povos negros. A escola ainda silencia, e nem sempre permite que a cultura e as tradições dos negros sejam reproduzidas dentro de seus muros. O negro nem sempre se reconhece nos próprios materiais didáticos distribuídos, nas temáticas discutidas e nos exemplos ofertados; ou seja, muitas vezes, a exclusão não se faz presente em palavras, mas sim em ações.

Muitas vezes no campo das artes apresentamos apenas artistas brancos e suas produções, não ofertando aos alunos a chance de conhecer artistas com trabalhos potentes sobre a arte negra. Pensando nessa trajetória e em todo trabalho que venho desenvolvendo nos últimos anos, mas agora discutindo a Arte e seu ensino, desejo entender de que maneira esse componente curricular, na perspectiva das relações étnico-raciais, tem sido trabalhado no segundo ciclo do Ensino Fundamental, me interesse em saber ainda: como o ensino das artes visuais acontece no espaço escolar? O trabalho desse componente curricular garante uma educação para as relações étnico-raciais? Os professores se preocupam em apresentar artistas negros aos alunos? Os trabalhos produzidos são autorais ou meras reproduções de obras de artistas?

3 - (RE)CONSTRUINDO RAÍZES: A valorização da História e da Cultura Afro-brasileira através da arte

A valorização da história e da cultura afro-brasileira é um tema fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Por meio da arte é possível resgatar e reafirmar as raízes dos povos negros, promovendo o reconhecimento das grandes contribuições históricas e culturais desses povos para a sociedade brasileira.

A arte desempenha um papel fundamental na preservação e promoção da cultura, ela pode ser uma ferramenta potente para combater estereótipos, preconceitos e desigualdades, ao mesmo tempo em que fortalece a autoestima e a identidade das comunidades brasileiras.

Diversas manifestações artísticas têm sido utilizadas para celebrar a cultura afro-brasileira. Na música, gêneros como o samba, o maracatu, o jongo e o rap são exemplos de expressões que nasceram nas comunidades negras e se tornaram símbolos de resistência e afirmação cultural desses povos. Entre as danças populares temos o Frevo, o Maculelê e a Capoeira como formas de expressão que carregam consigo a história e a herança afro-brasileira. No campo das artes visuais artistas como Robinho Santana, Arthur Bispo do Rosário e Rafael Freire têm utilizado suas obras para representar a Cultura Afro-brasileira e seus protagonistas de maneira positiva e afirmativa.

Na literatura, escritores como Djamila Ribeiro, Silvio Almeida e Roberto Conduru têm ganhado cada vez mais destaque, abordando questões de identidade, racismo e ancestralidade. Essas obras literárias têm o poder de ampliar as vozes e perspectivas da comunidade negra, como a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira nos currículos escolares.

Em resumo, a valorização da história e da cultura afro-brasileira através da arte é um processo contínuo e necessário para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através da arte é possível (re)construir raízes, promovendo o reconhecimento, o respeito e a valorização da diversidade cultural do Brasil.

3.1 - POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: Leis, Propostas e Paradigmas Transformadores

Romper com o preconceito não é uma tarefa simples, a autora Djamila Ribeiro (2019), afirma que mesmo as pessoas que buscam uma consciência racial já compactuam em algum momento com a violência contra grupos oprimidos.

Infelizmente ainda trazemos marcas da sociedade colonial em que o branco durante muito tempo exerceu seu poderio sobre os povos negros e indígenas. Nossa história que foi construída a partir dessa hegemonia ainda apresenta marcas desse tempo. Mesmo no pós-escravidão a realidade da população negra mudou pouco, a mentalidade da “casa grande” e “senzala”, continuou sendo perpetuada, sendo que as senzalas foram substituídas pelos quartos de empregadas (RIBEIRO, 2019).

Ao serem libertos os negros não tiveram direitos assegurados e continuaram a viver a margem da sociedade, morando em condições subumanas, sem direito ao estudo e com salários muito abaixo daqueles ofertados a população branca. A negação de direitos a essa população não aconteceu apenas no período da escravidão, ela se manteve após a libertação.

Dentro dessa perspectiva é preciso entender que o racismo é muito mais que uma forma de preconceito ou exclusão social, ele é um sistema de opressão que nega direitos (RIBEIRO, 2019).

Segundo Almeida (2020), o racismo que vivemos é estrutural, é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade brasileira. Precisamos entender que o fato de uma pessoa negra ocupar um determinado espaço de poder não é suficiente para invalidar o racismo sob o mesmo. O Brasil tem a maior população negra fora do continente Africano, e por isso é muito estranho não ter um grande número de pessoas negras ocupando esses espaços.

No século XX, sociólogos pertencentes à elite passaram a propagar o mito de que no Brasil os conflitos sociais relacionados ao racismo foram superados e a harmonia entre brancos e negros foi traduzida na miscigenação e no fato de não haver no país leis segregadoras. Essa visão de naturalização da miscigenação forçada do período colonial infelizmente corrobora para perpetuar o mito da

democracia racial, pois essa visão, paralisa a prática antirracista, uma vez que ela romantiza as violências sofridas pela população negra (RIBEIRO, 2019).

Identificar a mestiçagem no Brasil não é tarefa simples, depois de anos de apagamento da história e cultura dos povos negros, os mestiços têm dificuldades em se reconhecerem e preferem evidenciar uma identidade branca, julgando assim que essa cor lhes dará uma superioridade.

Esse afastamento de suas raízes negras ocorre porque a sociedade branca ainda massacra e tenta suprimir a cultura dos povos negros, Nascimento, *apud Ribeiro (2019)*, afirma que genocídio é toda forma de aniquilação de um povo, seja ela moral, cultural ou epistemológica. O que durante muito tempo aconteceu no Brasil foi essa tentativa de apagamento e destruição da história do povo negro.

O Movimento Negro Unificado² (MNU), uma forma de organização e mobilização política da sociedade civil, fundado em 1978 durante a ditadura militar, tem sua proposta centrada na luta contra a discriminação racial dos negros em diferentes instituições e espaços sociais. Esse movimento constitui-se como um agente coletivo e político importante na reivindicação e conquista de muitas ações políticas, jurídicas e educacionais que ocorreram nas últimas décadas destinadas à população afro-brasileira.

Nilma Lino (2017) em seu livro: “*O Movimento Negro Educador*” faz uma contextualização histórica de como esse movimento foi importante para as mudanças na educação e aponta a importância do mesmo e seu papel social aliado a educação. Uma das conquistas desse movimento foi a inclusão do tema diversidade racial no currículo escolar a partir da promulgação das Leis³ nº 10.639/2003 e 11.645/2008, as mesmas estabelecem um marco legal, político e pedagógico de reconhecimento e valorização das influências africanas na formação

² O Movimento Negro Unificado é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. A organização foi fundada em 18 de junho de 1978 e lançada em 7 de julho do mesmo ano nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, com a proposta de denunciar todo tipo de racismo e organizar a comunidade negra na luta contra a discriminação racial no país.

³ A Lei 10.639/2003 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" em escolas de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

A Lei 11.645/2008 de 10 de março de 2008, que também altera a Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, essa estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena".

da nossa sociedade e do protagonismo da população afro-brasileira na conformação cultural, econômica e política do país.

Outro documento de grande importância são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana⁴, cujo objetivo é corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania no sistema educacional brasileiro.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida reconhecesse que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (MEC, 2004, p. 17).

Mas mesmo com a promulgação das Leis e todas as políticas, as desigualdades ainda persistem na sociedade, de modo geral, e no interior das escolas, especificamente. Valverde e Stocco (2009) discutem que a universalização do ensino não é suficiente para superar as desigualdades. Segundo elas, é preciso analisar o sistema escolar, mesmo com as mudanças no currículo, nem sempre os livros didáticos, por exemplo, contemplam a diversidade e a história dos povos negros e indígenas; no dia a dia das escolas ainda vemos professores trabalhando temáticas como a chegada dos portugueses ao Brasil e a história dos povos indígenas, assim como o período de escravidão, pelo olhar do colonizador, renegando a história e a cultura desses povos.

É necessário que a escola reverta essa história excludente propondo ações afirmativas que respeitem a diversidade e as particularidades da população brasileira. Essas práticas devem contemplar o repertório cultural de todos os povos que compõem nossa população, para romper com a hegemonia de uma cultura apenas. Por isso, alinhada com o pensamento de Petronilha Silva (2007), *apud*

⁴ O Conselho Nacional de Educação, pela Resolução CP/CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 (DOU nº 118, 22/6/2004, Seção 1, p. 11), instituiu diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, nas escolas de Educação Básica.

Fonseca et al (2011), compreendo que a Educação para as relações étnico-raciais tem como proposta formar cidadãos empenhados em promover a igualdade no que se refere aos direitos sociais, políticos, econômicos, assim como dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais.

Portanto, uma educação para as relações étnico-raciais é uma mudança de postura política e pedagógica e não apenas uma mudança conceitual, a escola deve rever seus valores e padrões. É preciso ressignificar os conteúdos escolares contextualizando-os com a realidade brasileira de diversidade étnica e cultural. Requer da escola atenção para que as diferentes representações de etnia tenham o estudo da sua história e cultura contempladas no currículo escolar sem hierarquização das mesmas, essa é a maneira de se construir uma sociedade democrática e justa.

3.2 - O ENSINO DA ARTE NAS ESCOLAS: Uma Contextualização Histórica

Ao longo da história o ensino da arte nas escolas brasileiras passou por diferentes fases, principalmente por causa das mudanças nas concepções educacionais, culturais e políticas do país.

Durante o período colonial, nos séculos XVI e XVII, a arte estava presente nas missões religiosas e nas atividades educacionais dos jesuítas. Mas esse ensino era restrito a poucos e estava voltado para a formação religiosa e técnica dos colonos. As expressões artísticas do período colonial brasileiro foram a escultura, o desenho, a pintura e principalmente a arquitetura. Da mesma forma que a igreja católica foi uma financiadora da arte na Europa, ela também investiu no Brasil com a construção de igrejas grandiosas, repletas de ouro e com esculturas de santos católicos (BURY, 2006).

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, no século XIX, ocorreram mudanças no campo artístico e cultural. Uma das mudanças ocorridas foi a fundação da Academia Imperial de Belas Artes em 1826 no Rio de Janeiro. Ela se tornou uma importante instituição para a formação de artistas e professores de arte. Nessa fase o ensino da arte estava vinculado à representação acadêmica, com ênfase na pintura, escultura e arquitetura (CARDOSO, 2008 e BURY, 2006).

Após a Proclamação da República, 1889, aconteceu a reavaliação dos métodos de ensino, a partir de um movimento de valorização da identidade nacional. Nesse período que surgiram as primeiras escolas livres de desenho e pintura. Elas buscavam o ensino livre, voltado para a expressão individual do artista, ainda nessa fase a arte e a educação popular se aproximaram, essa proximidade foi influenciada principalmente pelas ideias do educador Anísio Teixeira (XAVIER, 2017).

Mas as mudanças mais significativas do ensino das artes no Brasil ocorreram a partir da década de 1930 com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, dando início a um movimento de reformulação dos currículos e de valorização da cultura brasileira. Nesse momento a Arte passa a ser vista, como um componente fundamental para o desenvolvimento integral dos sujeitos (BARBOSA, 2013). Arelado a isso, no movimento de valorização da cultura brasileira, é criado no governo de Getúlio Vargas o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cujo principal objetivo era a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A partir da década de 1960, o ensino das artes é marcado pela influência das vanguardas artísticas e dos movimentos de contracultura. Nessa fase surgiram propostas pedagógicas inovadoras como a arte-educação que buscava integrar a arte à vivência cotidiana dos estudantes (CAVALCANTI, 2005 e BARBOSA, 2013).

Durante a ditadura militar (1964-1985), um dos períodos mais obscuros da nossa história, marcado pela repressão, o ensino da arte no Brasil também foi afetado. Obras foram censuradas e artistas foram perseguidos, o conteúdo das aulas de artes passou a ser controlado e vigiado pelo regime, mesmo nesse contexto adverso muitos artistas educadores resistiram e desenvolveram práticas pedagógicas críticas e engajadas contra o regime imposto (CAVALCANTI, 2005).

Na década de 1980 o ensino da Arte no Brasil passou por novas transformações, a Constituição de 1988 reconheceu a arte como direito cultural garantindo sua presença nos currículos escolares. Contudo, a relevância do ensino de Arte nas escolas só é reconhecida em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.396/1996). A partir desse documento o ensino desse componente passa a ser obrigatório no currículo da Educação Básica e a mesma ganha status de

disciplina. Essa mudança se dá principalmente graças aos movimentos sociais ligados à Arte e Educação (CARNEIRO e BRAGA, 2020).

A Lei⁵ 13.278/2016, que inclui as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diversos níveis da educação básica é um importante marco legal para o ensino das artes nas escolas, essa Lei busca fortalecer a presença da arte na educação e reconhecer sua importância no desenvolvimento integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a expressão cultural e a sensibilidade artística. Com a inclusão das artes visuais, dança, música e teatro como disciplinas obrigatórias, pretende-se ampliar o acesso e a diversidade de manifestações artísticas nas escolas, valorizando também as expressões regionais. Outro documento importante são os Parâmetros Curriculares Nacionais⁶ (PCN) estabelecidos em 1997, que trouxeram orientações para o ensino da arte nas escolas, enfatizando a importância da experiência estética, do fazer artístico e da reflexão crítica.

Na atualidade o ensino da Arte nas escolas brasileiras busca ampliar sua abrangência abordando não apenas as formas tradicionais de expressão artística, mas também as múltiplas linguagens contemporâneas, como a arte digital, a performance e a arte urbana. Hoje temos também a valorização da diversidade cultural e a inclusão de diferentes perspectivas como princípios fundamentais da arte no Brasil.

Nas concepções atuais, a Filosofia, a Sociologia e a Antropologia contribuem com o deslocamento do foco das teorias estéticas para as relações que as pessoas criam com objetos e produções artísticas (SOUZA, 2010).

Segundo Barbosa (2008, p.18):

A Arte capacita um homem ou uma mulher a não ser estranho em seu meio ambiente nem estrangeiro em seu próprio país. Ela supera o estado de despersonalização, inserindo o indivíduo no lugar ao qual pertence, reforçando e ampliando seus lugares no mundo.

⁵ A Lei nº 13.278 de 2 de maio de 2016, altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.

⁶ Os Parâmetros Curriculares Nacionais publicados em 1997 pelo O Ministério da Educação e do Desporto (MEC), constituem um referencial para a educação no Ensino Fundamental em todo o país. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros.

Dentro dessa nova perspectiva de um ensino da Arte com foco na diversidade é necessário repensar o fazer artístico no espaço escolar, esquivando-se da homogeneização e considerando as diferenças. Por meio das políticas educacionais é possível contemplar as multiplicidades de sujeitos e suas variadas experiências presentes no espaço escolar para que os alunos se vejam incluídos de fato nesse espaço. É necessário que repensemos o ensino ofertado aos nossos estudantes de maneira em que possamos resgatar valores culturais dos povos que durante muito tempo tiveram seus direitos negados, como a população afro-brasileira.

Segundo Richter (2012), o termo educação multicultural é recente e foi desenvolvido por movimentos dos direitos civis nos anos sessenta e setenta, com o objetivo de dar oportunidades iguais a todos. Essa proposta visava também mudar a estrutura social e cultural nas escolas, assim como os conteúdos nelas ministrados.

Novamente é preciso citar o movimento negro, que assim como outros movimentos sociais, possui uma trajetória de luta e resistência que culminou com a inclusão no currículo das escolas do ensino da história e cultura afro-brasileira a partir da publicação da Lei 10.639/2003. Essa Lei além de um instrumento de combate ao racismo também é a garantia de perpetuação da cultura dos afro-brasileiros.

Ensinar a arte afro-brasileira nas escolas é uma iniciativa importantíssima e necessária para promover a valorização da cultura desse povo que foi silenciado e teve seus direitos negados por tanto tempo. O ensino da Arte voltado para a diversidade étnica-cultural contribui para combater o racismo e para promover a inclusão e fortalecer a identidade dos estudantes que se reconhecem como afrodescendentes.

3.3 - ARTE AFRO-BRASILEIRA: Representatividade negra, identidade e diversidade em foco

A arte faz parte da nossa essência desde os primórdios da humanidade. Os seres humanos, desde os tempos das cavernas, utilizam o fazer artístico como forma de expressão. Sendo assim os povos que foram escravizados no Brasil, nas diferentes regiões onde viviam no continente africano também produziam arte, mas

infelizmente esses povos ao serem transportados, forçadamente, tiveram também o seu direito de reproduzir suas culturas negado no “Novo Mundo” (CONDURU, 2007).

Os negros, em certa medida, foram então obrigados a suprimir o seu fazer artístico e a seguir os princípios e formas da arte dos colonizadores, o que dificulta ainda hoje demarcar a contribuição dos africanos para a arte brasileira.

Segundo Conduru (2007, p. 14)

Delinear a especificidade dessa contribuição artística é difícil, pois, além da imposição de formas europeias, a diversidade étnica e cultural dos africanos escravizados no Brasil não recomenda supor a existência de uma única e coesa maneira africana de sentir, pensar e agir.

Para que os templos religiosos fossem construídos no Brasil Colônia foram necessários arquitetos, escultores e pintores sendo que boa parte dessa mão de obra utilizada foi de artistas afro-brasileiros, na escultura podemos destacar o mestre Antonio Francisco de Lisboa, o Aleijadinho.

São os modernistas dos anos de 1920 que apresentam a arte com sua expressão de grande brasilidade. A presença negra no meio da arte na atualidade transmite resistência em contraponto com a noção universal da arte europeia. A essa arte dá-se o nome de Arte Afro-Brasileira. Marta Salum (2000), citada por Barbosa (2020, p. 18) define a arte brasileira como “qualquer manifestação plástica e visual que retorne, de um lado, a estética e a religiosidade africanas tradicionais e, de outro, os cenários socioculturais do negro no Brasil”.

Munanga (2018) aponta que na correspondência religiosa baseada nas semelhanças entre os santos católicos e os orixás lorubanos, se percebe o nascimento de uma linguagem plástica tipicamente afro-brasileira. Nesse sentido, podemos ver as influências dos estilos e contextos tradicionais africanos, por exemplo, nas obras de arte de contexto religioso.

Desde os meados do século XX artistas como Rubem Valentim e Abdias do Nascimento vem produzindo obras sobre a problemática do negro na sociedade brasileira contemporânea. Valentim está vinculado ao modernismo brasileiro, uma vez que ele, através da arte contemporânea, manifesta valores locais, participando da construção da nação brasileira (CONDURU, 2007).

Abdias do Nascimento, por sua vez, é um artista importante na arte afro-brasileira, por sua luta pela igualdade racial e pelos direitos humanos através das artes cênicas veiculados, também, pelo Teatro Experimental do Negro (TEM), e no campo das artes plásticas, com o Museu de Arte Negra. Carybé e Mestre Didi são outros exemplos importantes de artistas afro-brasileiros que trouxeram a temática afrodescendente para o cenário artístico brasileiro.

Além disso, a religião afro-brasileira, como Candomblé e a Umbanda, desempenha um papel fundamental na cultura e na arte afro-brasileira. Através das representações dos Orixás e dos seus rituais, essas religiões influenciam e inspiram diversas formas de expressão artística.

Nos últimos anos tem havido um reconhecimento crescente da importância da arte afro-brasileira na sociedade. Artistas afro-brasileiros têm ganhado destaque em exposições, galerias e instituições culturais têm se dedicado a promover e preservar essa forma de expressão artística, contribuindo para uma maior valorização e visibilidade da cultura afro-brasileira no país.

A arte afro-brasileira contemporânea é caracterizada pela abordagem de questões relacionadas à identidade negra, a história e cultura da população afro-brasileira, ao racismo, a desigualdade social e ao empoderamento negro. Os artistas utilizam as suas obras para explorar as experiências e vivências da diáspora africana no Brasil com o objetivo de resgatar as raízes culturais dessa população negra visando combater o racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Esses artistas abordam, em suas obras, temas como ancestralidade, religiosidade, a luta contra a discriminação racial, a valorização da cultura afro-brasileira e construção de uma identidade negra positiva. Além disso, muitos desses artistas também questionam os estereótipos raciais presentes na arte e na mídia e buscam desconstruir as narrativas eurocêntricas de forma a ampliar a diversidade de vozes e perspectivas.

4 - PROMOVENDO A DIVERSIDADE ATRAVÉS DA ARTE: a Escola Levindo Lopes e a educação para as relações Étnico-Raciais

Arte possui conteúdos e ações de aprendizagem próprios. Compreendida como manifestação humana ancestral, seu estudo na educação escolar tem como objetivo expandir as possibilidades de participação social e o desfrute do patrimônio cultural material e imaterial em sua pluralidade, como bem de direito do aluno que queremos formar (IAVELBERG, SAPIENZA e ARSLAN, 2017, p.V).

A arte é um campo vasto e multifacetado que abrange o fazer e o pensamento artístico, ela pode ser compreendida de diversas formas dependendo do contexto cultural, histórico e social de cada pessoa. Na escola a Arte é geralmente ensinada como uma disciplina que abrange diferentes formas de expressão como escultura, pintura, dança, teatro, música, literatura, cinema, entre outras manifestações artísticas. O ensino de Arte na escola tem como objetivo desenvolver a criatividade, a sensibilidade estética e o pensamento crítico dos alunos. Atualmente valoriza-se cada vez mais a inclusão e a diversidade no ensino da arte, os currículos buscam abordar uma variedade de perspectivas culturais e artísticas dando voz a diferentes comunidades e suas formas de produzir arte. Além disso, esforços são feitos para garantir que a arte seja acessível a todos os alunos independente de sua origem socioeconômica ou habilidades específicas.

É importante ressaltar que ensino da Arte não se limita apenas a técnica ou o produto final, mas também valoriza o processo e o desenvolvimento pessoal dos alunos. A arte na escola tem como proposta promover a auto expressão, a imaginação, a autoconfiança, a colaboração e a apreciação estética.

A Base Nacional Comum Curricular⁷ (BNCC), aponta como uma das competências específicas de Arte para o ensino fundamental:

Explorar, conhecer, fluir e analisar criticamente, práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades (BRASIL, 2018, p.198).

⁷ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, elaborado por especialistas de todas as áreas do conhecimento, e que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Para tentar identificar práticas pedagógicas relacionadas ao ensino da Arte que contribuem para uma educação das relações étnico-raciais foi realizada uma pesquisa de campo, que será apresentada neste trabalho. As práticas apresentadas nesta pesquisa foram realizadas em uma escola de ensino fundamental da Rede Municipal de Belo Horizonte entre os meses de março e maio de 2023.

Localizada na região leste da cidade de Belo Horizonte, a Escola Municipal Levindo Lopes atende crianças de 6 a 10 anos de idade, 1º e 2º ciclos. A instituição fica na divisa dos bairros Santa Efigênia e Paraíso e atende não apenas a comunidade do entorno, mas também alunos de bairros vizinhos que chegam à escola por meio de escolares contratados pelas famílias, de carro ou a pé. A escola possui bons recursos no que se refere à materialidade.

Além de possuir computadores, projetores e telas em todas as salas, a mesma conta ainda com *tablets* para todos os alunos do 2º ciclo. Esses *tablets* são usados não apenas para pesquisas, mas também para a realização de avaliações online pelo recurso do *Google Forms*. A escola possui ainda um grande acervo de livros sobre a temática das relações étnico-raciais e todos os anos adota novos títulos. A gestão está sempre aberta à aquisição de materiais para o trabalho junto aos alunos e já mantém para uso constante recursos como tecidos para oficinas de turbantes, chitas e TNT para a produção de Abayomis, entre outros. Outro cuidado da escola é também ter sempre disponível tintas de tecido, guache, aquarela, telas, papéis diversos, lápis de cor, inclusive o de diferentes tons de pele, giz Pasteur, canetas de ponta porosa e outros materiais para serem explorados nas aulas de arte.

Infelizmente mesmo com essa disponibilidade de recursos, no que tange o trabalho para as relações étnico-raciais a escola ainda não apresenta um trabalho consolidado, pois apenas algumas professoras trabalham de maneira isolada.

Mas esse perfil vem mudando com a sensibilização da comunidade escolar promovida pela professora que ministra as aulas de arte no 4º ano. Ela vem desenvolvendo um trabalho voltado para essa temática junto a equipe da escola integrada (monitores e coordenação), ao colegiado (pais e direção) e também com a equipe de professores da escola regular.

Formada em pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), a professora Rosemary é mestranda do curso Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. A professora é especialista em Artes Visuais pela mesma faculdade e possui uma longa trajetória no ensino voltado para as relações étnico-raciais.

A mesma atua como professora de arte nas turmas do 4º ano, o trabalho de observação aqui apresentado foi realizado em uma dessas turmas. Segundo a professora as práticas realizadas durante as aulas têm o objetivo de propiciar uma rede de construção de conhecimentos baseado no contato direto com as experimentações estéticas, desenvolvendo o pensamento artístico e a sensibilidade através de recursos que visam permitir o envolvimento pleno dos alunos, visando o fortalecimento da identidade e a busca de ações afirmativas no ambiente escolar.

Todo o trabalho desenvolvido pela docente visa dialogar com o quadro de capacidades/habilidades no campo das Artes Visuais descritos nas Proposições Curriculares para o Ensino Fundamental, a mesma faz uso do livro didático como suporte do seu trabalho.

O trabalho de observação teve como objetivo principal identificar e descrever o ensino de arte em uma turma de 4º ano do ensino fundamental, dimensionando as perspectivas da Lei 10.639/2003 e a educação para as relações étnico-raciais.

4.1 – CRIANÇAS COMO SUJEITOS DA PESQUISA: Promovendo uma educação Antirracista

Composta de vinte e cinco alunos, a turma em que a pesquisa foi realizada possui treze crianças do sexo masculino e onze do sexo feminino com idades entre 9 e 10 anos. No que se refere a auto identificação, 14 se reconhecem como pardos, 7 como brancos e 3 como pretos. Um dos alunos que frequenta a turma é uma criança quilombola que já traz uma grande bagagem sobre a temática da história e cultura dos afro-brasileiros. O mesmo gosta sempre de compartilhar histórias sobre o quilombo e a cultura negra e diversas vezes já repetiu em sala que está muito feliz nesse ano por ter sua história e a do povo negro acolhida nas aulas.

Para preservar a identidade dos alunos os nomes dos mesmos foram alterados nessa pesquisa, os nomes de origem africana utilizados são fictícios.

Fotografia 1 – Que cor é minha cor?



Imagem cedida pela professora Rosemary Cristina - Acervo Pessoal - 2023.

4.2 - ETAPAS METODOLÓGICAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Diversas foram as práticas realizadas em sala pela professora, as rodas de conversa sempre eram usadas para iniciar as aulas, recursos como vídeos também foram bastante explorados, o uso de mídias como os tablets também foram explorados, uma das plataformas mais utilizadas pela turma para pesquisar sobre os artistas é o Projeto Afro⁸. O relato da observação realizada será dividido em quatro momentos, aqui chamados de práticas:

⁸ Projeto Afro é uma plataforma afro-brasileira, acessível em libras, de mapeamento e difusão de artistas negros criada por Deri Andrade. Disponível em <https://projetoafro.com>, a plataforma também dispõe do aplicativo Projeto Afro.

PRÁTICA 1:

A professora iniciou sua proposta exibindo para os alunos o curta metragem: Dudu e o lápis cor de pele⁹, em seguida foi realizada uma roda de conversa com os alunos sobre o mesmo. A professora perguntou aos alunos o que eles acharam do curta, algumas crianças disseram que também já ouviram que a cor de pele era rosa claro e que durante muito tempo usaram somente essa cor em seus desenhos. Um dos alunos, o mais articulado, até pela vivência que tem, nesse momento aproveitou para falar que ele não aceita que digam que ele é moreninho, que quando falam isso ele responde que ele é preto. Após a exibição do curta a professora apresentou a turma a caixa de lápis dos tons de pele e falou da importância de compreendermos que as pessoas têm diferentes tonalidades de pele.

Foi muito boa a abordagem da professora, é importante ensinar às crianças sobre a diversidade e a igualdade entre as pessoas, incluindo a variedade de tons de pele que existem. Ao apresentar a caixa de lápis, ela ajudou a expandir a compreensão dos alunos sobre o tema e mostrou que não existe apenas uma cor de pele, mas sim uma ampla gama de tonalidades que devem ser representadas e respeitadas.

Na aula seguinte foram apresentadas obras da artista Rosa Luz¹⁰, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a vida da mesma e de participar de uma roda de conversa com a professora sobre a forma como a artista se expressa através da sua arte, num primeiro momento eles ficaram impactados pelas obras, mas após a conversa eles puderam compreender que a artista utiliza sua arte como forma de contestar a sociedade que exclui as pessoas que não se encaixam no modelo social imposto. Acredito que essa atividade seja uma ótima maneira de promover o diálogo e a apreciação artística.

Após a apreciação das obras, foi proposto aos alunos que realizassem seu próprio autorretrato por meio de desenho. O autorretrato é uma forma maravilhosa de expressão artística, pois permite que os alunos explorem sua identidade, características físicas e até mesmo sua personalidade por meio do desenho. Essa

⁹ Vídeo disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=-VGpB_8b77U,

¹⁰ Mulher trans e negra, a artista expressa sua arte através da fotografia. A mesma utiliza o autorretrato como um processo de autoconhecimento.

atividade foi uma excelente oportunidade para os alunos desenvolverem suas habilidades artísticas, além de ser uma forma deles refletirem sobre si mesmos.

Para desenvolver esse trabalho foram utilizados os seguintes materiais: lápis de cor da marca Multi-color (ANEXO1), lápis de escrever, borracha e papel branco A4.

As obras realizadas pelos alunos foram expostas no mural da turma em sala de aula.

Figuras 1 e 2 – Autorretrato.



Imagens cedidas pela professora Rosemary Cristina dos desenhos produzidos pelos alunos. Acervo pessoal - 2023.

PRÁTICA 2:

A segunda prática realizada em sala foi bem interessante, primeiro pela utilização de um recurso muito apreciado pelos alunos, os *tablets*, e segundo pela escolha do artista a ser apresentado aos alunos. Para dar continuidade ao trabalho com o reconhecimento através do autorretrato, a professora propôs a turma uma

pesquisa da biografia do artista Rafael Freire¹¹, eles puderam realizar a busca na internet e ver as fotos do artista, percebi como os alunos gostaram da proposta e ficaram muito empolgados por se tratar de um artista que vive em um aglomerado próximo da escola. Após a pesquisa foi proposto que eles fizessem registros por meio de fotografias (*selfies*, modelo 3x4) para compor um vídeo valorizando a identidade dos alunos. A produção foi realizada por meio do aplicativo *InShot* e socializada em sala por meio do projetor, os alunos ficaram bastante empolgados com a proposta, um deles possui um canal no *youtube* e já estava bem ambientado com a produção de vídeos e pode auxiliar os outros alunos.

Outra atividade muito interessante realizada pelos alunos, aconteceu na aula seguinte, as fotografias produzidas foram utilizadas para uma oficina de Monotipia. As fotografias foram impressas em preto e branco em tamanho A4 e os alunos fizeram a transposição da imagem utilizando carbono para a folha branca e realizaram a pintura da imagem com a tinta aquarela, durante essa atividade a sensibilidade tátil também foi trabalhada, já que os alunos tiveram a oportunidade de sentir a textura da tinta aquarela e tiveram a oportunidade de explorar diferentes técnicas de aplicação. Os alunos se envolveram bastante nessa prática, ficou evidente o prazer deles durante a mesma. Essa oficina foi elaborada com o objetivo de desenvolver a criatividade, a expressão pessoal.

A técnica da monotipia é muito versátil e estimulante e ofereceu aos alunos a oportunidade para a descoberta artística e a expressão individual. Para essa prática foram utilizados os seguintes materiais: impressão de fotografia, carbono, papel branco A4, prancheta e tinta aquarela.

¹¹ Artista negro, periférico Rafael Freire é um fotógrafo morador do Aglomerado da Serra em Belo Horizonte. Idealizador do Projeto Favela a Flor que se Aglomera. Ele utiliza as redes sociais para divulgar seu trabalho, junto às imagens ele publica textos que falam de racismo, negritude, ancestralidade e invisibilidade social.

Fotografia 2 - Monotipia.



Imagem cedida pela professora Rosemary Cristina - Acervo Pessoal - 2023.

PRÁTICA 3:

A terceira prática teve como proposta trabalhar o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, para isso foi apresentado o artista Carybé e sua obra “Capoeira”, durante a sensibilização realizada na roda perguntas como: se algum estudante participava de grupo de capoeira, se conheciam corridos e ladainhas, se conheciam e tocavam algum instrumento que compõe a orquestra da capoeira. Alguns alunos falaram que já tinham participado de rodas e conheciam algumas ladainhas. A mais comentada pelos alunos foi a do marinheiro só, inclusive a atividade realizada sobre essa música foi muito apreciada e comentada por eles.

Na aula seguinte, com o intuito de trabalhar um pouco mais sobre história da capoeira, a professora utilizou o livro *Kioni - A Pequena Mandingueira* (ANEXO 2) de Joana Carneiro¹², sobre a lenda do berimbau. Após a leitura e exploração do texto, os alunos foram convidados a produzir um livro coletivo recontando a história por meio de desenhos. Os materiais utilizados para essa prática foram os lápis de cor,

¹² Conhecida no mundo da Capoeira como Moçambique, nasceu no Brasil, mas é em Moçambique onde vive e se dedica à arte da Capoeira. Foi no seu dia-a-dia cantando e gingando com as crianças e adultos dos diversos projetos que lidera onde descobriu sua inspiração para a criação da Kioni, a Pequena Mandingueira.

papel branco A4 e canetas de ponta porosa. Como fechamento da prática o Grupo da Associação de Capoeira Angola Dobrada foi convidado para propor aos alunos uma vivência de roda, a proposta foi muito apreciada pelos alunos, eles tiveram a oportunidade de fazer alguns movimentos da capoeira e cantar algumas ladainhas. Alguns alunos também tiveram a oportunidade de tocar o pandeiro, o berimbau e o atabaque. Ao final da roda alguns alunos já demonstravam interesse em participar de grupos de capoeira.

Figura 3 – Registros da história *Kioni - A Pequena Mandingueira*



Imagem cedida pela professora Rosemary Cristina - Acervo Pessoal - 2023.

Figura 4 – Registros da história *Kioni - A Pequena Mandingueira*



Imagem cedida pela professora Rosemary Cristina - Acervo Pessoal - 2023.

Figura 5 - Registro da história *Kioni - A Pequena Mandingueira*

Imagem cedida pela professora Rosemary Cristina - Acervo Pessoal - 2023.

PRÁTICA 4:

A última prática realizada pela professora durante o período de observação teve relação com estampas e tecelagem. A professora apresentou aos alunos o trabalho de Goya Lopes¹³, através do livro "*Tecelagem - uma história ilustrada*" (ANEXO 3), que foi escrito pela própria artista. Após a apresentação do livro, a professora propôs aos alunos a construção de uma trama utilizando papéis coloridos. Essa atividade envolveu a criação de um padrão de tecelagem com os papéis, explorando diferentes cores para criar uma composição visual interessante. Essa prática permitiu que os alunos pudessem experimentar e explorar o processo de tecelagem de forma mais abstrata, utilizando papéis em vez de fios ou tecidos. Além disso, ao apresentar o trabalho de Goya Lopes, a professora trouxe um exemplo concreto e inspirador de como a tecelagem pode ser aplicada como forma de expressão artística. Essa atividade também proporcionou aos alunos uma compreensão mais ampla da importância da tecelagem ao longo da história, bem como a variedade de técnicas e estilos que podem ser explorados nessa prática

¹³ Nascida em Salvador, Bahia, é formada em Belas Artes, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 1986 fundou a marca Didara Design Goya Lopes, com um conceito artístico que utiliza a estamperia para contar a história da ancestralidade afro-brasileira. Em 2013, com a marca Goya Lopes Design Brasileiro, expandiu as suas inspirações para a diversidade brasileira.

artística. A prática foi muito apreciada pela turma, eles participaram da proposta de forma muito compenetrada.

Figura 6 – Trama “Tecida pelos alunos”

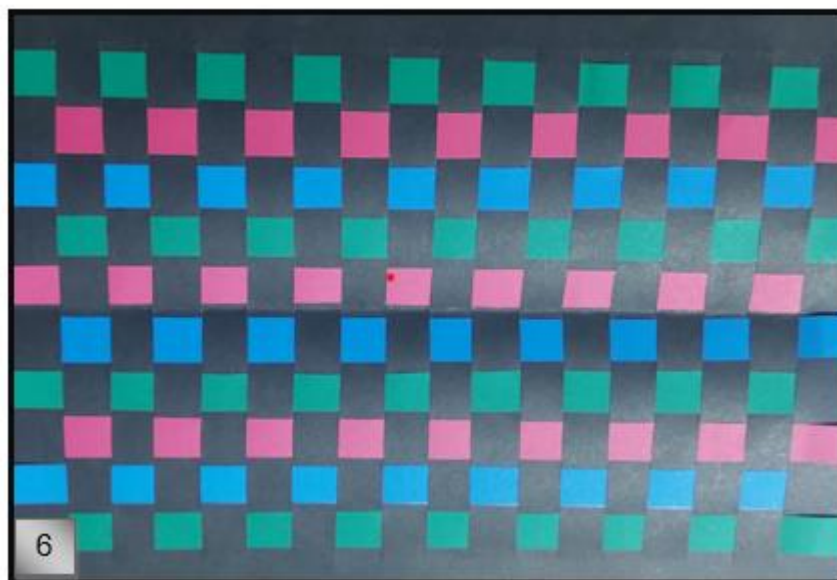


Imagem cedida pela professora Rosemary Cristina - Acervo Pessoal - 2023.

A aula seguinte foi sobre os turbantes e sua história, a professora exibiu para os alunos um vídeo. Foi muito bom ver que a professora abordou não apenas o aspecto religioso, mas principalmente o valor estético, o turbante como adereço de moda, e a diversidade de estampas desses acessórios. A oficina de turbantes foi uma atividade prática e interativa, que permitiu aos alunos experimentarem diferentes tipos de amarrações e explorarem as estampas dos tecidos utilizados. E foi uma maneira maravilhosa de promover a criatividade e a expressão pessoal, além de encorajar a apreciação e o respeito por diferentes culturas e tradições. Os turbantes têm uma história rica e significativa em várias culturas ao redor do mundo, e é importante aprender sobre eles como uma forma de valorizar a diversidade e combater a discriminação cultural, por isso foi ótimo que a professora tenha proporcionado essa oportunidade aos alunos, permitindo que eles se envolvessem de maneira prática e descobrissem mais sobre essa forma de expressão única.

Fotografia 3 - Oficina de turbantes.



Imagem cedida pela professora Rosemary Cristina - Acervo Pessoal - 2023.

4.3 - COM A PALAVRA OS ALUNOS: Por uma Educação Antirracista

Além da observação e registro das práticas realizadas durante as aulas, foi realizada uma escuta das crianças. Quatro perguntas nortearam essa proposta: se eles gostavam das aulas de arte, o que eles aprendiam nas aulas, se eles consideravam que essas aulas contribuíam para uma prática antirracista e de qual a atividade realizada durante as aulas eles mais gostaram de participar.

Elas foram unânimes em apontar as aulas de arte como as que eles mais gostavam, eles apontaram que um dos motivos de gostarem das aulas era o fato de aprenderem sobre diferentes manifestações culturais, a dança e a música foram as mais lembradas. Falaram também do fato de conhecerem diferentes artistas brasileiros, inclusive pessoas que eles poderiam acessar como o fotógrafo Rafael Freire, pois alguns alunos vivem na mesma comunidade que ele. Em relação a contribuição das aulas para uma prática antirracista os alunos apontam que as aulas ajudam sim, segundo os mesmos eles aprenderam que nós não precisamos gostar de todas as manifestações artísticas que existem, mas hoje eles compreendem que

precisam apenas respeitar a forma de cada artista se expressar. Entre as atividades realizadas eles apontaram os autorretratos e a oficina de monotipia como as atividades que mais gostaram de realizar.

Figura 7 - Autorretrato

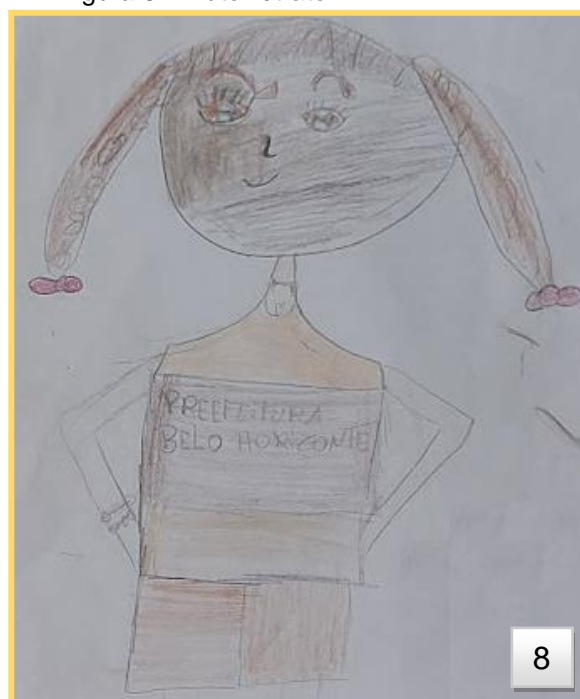


“Nas aulas de Arte aprendemos sobre os povos indígenas e sobre os povos negros”.

Akin

Imagem cedida pela professora Rosemary Cristina – Acervo pessoal - 2023.

Figura 8 – Autorretrato.



“As aulas de Arte ajudam a combater o racismo e ensinam sobre artistas negros”.

Jata

Imagem cedida pela professora Rosemary Cristina – Acervo pessoal - 2023.

Figura 9 - Autorretrato.

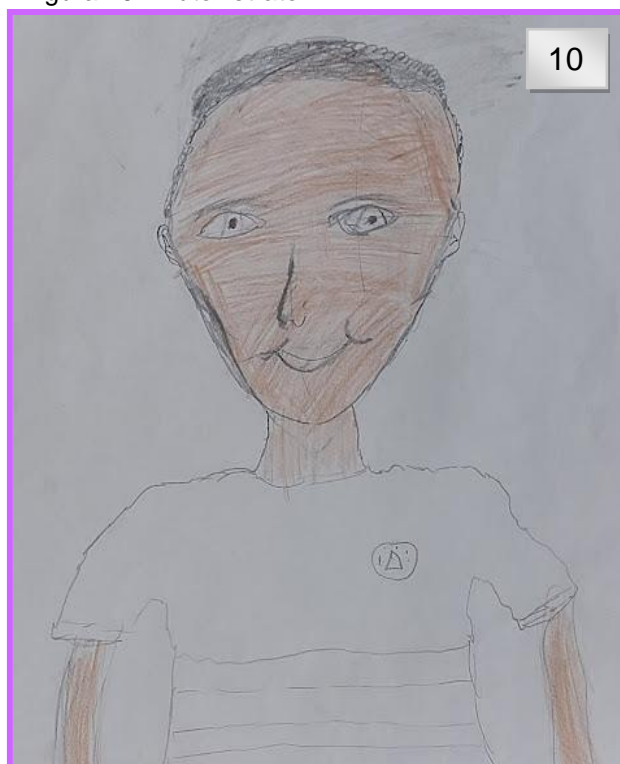


“Eu gosto das aulas de Arte porque aprendo sobre diferentes culturas, músicas, danças e muitos artistas”.

Nala

Imagem cedida pela professora Rosemary Cristina – Acervo pessoal - 2023.

Figura 10 - Autorretrato.



“As atividades da aula de Arte são muito legais, a minha preferida foi a oficina de Monotipia, gostei demais”!

Kito

Imagem cedida pela professora Rosemary Cristina – Acervo pessoal - 2023.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta monografia sinto-me satisfeita em constatar que o trabalho desenvolvido pela professora Rosemary Cristina na Escola Levindo Lopes tem contribuído para o ensino de arte que promove educação para as relações étnico-raciais. Desde o início deste estudo, meu objetivo era compreender como incentivo das artes visuais ocorre no ambiente escolar e se ele de fato assegura uma educação antirracista. Além disso, tinha como objetivo investigar seus professores se preocupam em acrescentar artistas negros aos alunos e suas produções artísticas são autorais ou meras reproduções.

Durante o período de observação na instituição pude constatar que o ensino das artes visuais vai além de simplesmente transmitir conhecimentos técnicos. A professora se empenha apresentar aos alunos artistas negros de diferentes segmentos da arte, juntamente com suas obras. O mais importante é que as crianças têm a oportunidade de pesquisar sobre esses artistas e aprender sobre suas trajetórias, compreendendo que eles são pessoas comuns e não inatingíveis, como fotógrafo Rafael Freire. Essa abordagem contribui para que os alunos tenham uma visão ampliada da arte, quebrando estereótipos e valorizando a diversidade étnico-racial.

Outro aspecto relevante observado na pesquisa é que a professora prioriza as produções artísticas individuais das crianças. Embora os artistas negros sejam utilizados como fonte inspiração, são os alunos que produzem suas próprias obras, resultando em uma variedade de criações únicas. Isso demonstra que o ensino de arte na escola não se limita à reprodução de obras de artistas renomados, mas estimula a expressão autoral e o desenvolvimento da criatividade dos estudantes.

O principal objetivo dessa pesquisa foi identificar e descrever o ensino de Arte no 2º ciclo do ensino fundamental (4º e 5º ano), considerando a perspectiva da Lei 10.639/2003 e da Educação para as Relações Étnico-raciais. Para isso, foram estabelecidos objetivos específicos, como discutir aplicabilidade da Lei 10.639/2003 no ensino da arte do 4º ano da Escola Municipal Levindo Lopes, descrever e analisar práticas relacionadas ao ensino de arte no 2º ciclo do ensino fundamental que contribuam para uma educação das Relações Étnico-raciais, e avaliar os efeitos dessas abordagens na percepção dos alunos sobre a temática.

Foi possível constatar que a lei 1639/2003 é abordada com cuidado e seriedade em sala de aula, proporcionando aos alunos um entendimento e respeito às Leis. Através das práticas de ensino adotadas pela professora, os estudantes demonstram ter uma visão diferenciada sobre a importância das Relações Étnico-raciais, mostrando um olhar mais atento e respeitoso em Relações Étnico-raciais, mostrando um olhar mais atento e respeitoso em relação à diversidade cultural.

É muito bom perceber através das práticas realizadas que o ensino de Arte nessa escola, sob a orientação da professora Rosemary, está sendo utilizado como uma ferramenta para romper com as práticas racistas. A arte tem o poder de promover a inclusão, a diversidade e a representatividade, e é fundamental que as escolas reconheçam e aborda em questões relacionadas ao racismo de forma significativa.

A atuação da mesma nesse contexto foi crucial, pois cabe aos educadores fomentar discussões sobre questões raciais e incentivar a expressão artística como forma de resistência empoderamento. Ao proporcionar um ambiente que inclusivo e seguro para os alunos, ela está contribuindo para a formação dos cidadãos conscientes e comprometidos com a igualdade.

É importante ressaltar que o combate ao racismo não se restringe apenas à disciplina de Arte, mas deve permear todas as áreas do currículo escolar. A escola como tudo deve estar comprometida em promover a igualdade racial e combater práticas discriminatórias. Por isso é crucial que o trabalho desenvolvido pela professora, seja acompanhado por uma abordagem sistemática e contínua, envolvendo toda a comunidade escolar. O enfrentamento ao racismo exige ações coletivas, políticas educacionais inclusivas e a constante de reflexão sobre as práticas pedagógicas.

Em suma, a pesquisa evidencia que o ensino de Arte na Escola Levindo Lopes, sobre orientação da professora Rosemary Cristina que está sendo utilizado de forma positiva para romper com práticas racistas. Essa abordagem representa um importante passo rumo a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Disponível em: <https://virtual.ufmg.br/20221/mod/assign/view.php?id=52987>. Acesso em: 10 maio 2022.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. 3. ed. São Paulo: Pólen, 2020. 255 p. (Feminismos Plural).
- ANDRADE, Deri (ed.). Perfil Rosa Luz. *In: Projeto Afro*. Disponível em: <https://projetoafro.com/artista/rosa-luz>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- ANTONACCI, Célia Maria. **Apontamentos da arte africana e afro-brasileira contemporânea: políticas e poéticas**. São Paulo: Invisíveis Produções, 2021. 320 p.
- BARBOSA, Ana Mae (org.). **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BARBOSA, Ana Mae. **Arte - Educação: Leitura no subsolo**. 9 São Paulo: Editora Cortez, 2013, 246 p.
- BARBOSA, Daniel. **Rafael Freire leva beleza do Aglomerado da Serra para a Praça da Liberdade**. Belo Horizonte: Jornal Estado de Minas, 1 out. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2022/10/01/interna_cultura,1400768/rafael-freire-leva-beleza-do-aglomerado-da-serra-para-a-praca-da-liberdade.shtml. Acesso em: 8 jun. 2023.
- BARBOSA, Nelma. **Arte Afro-brasileira**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020. 355 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05 jul. 2022.
- BRASIL. **Lei 11.645/08** de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 05 jul. 2022.
- BRASIL. **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos Acesso em: 26 abr. 2023.
- BRASIL. **Lei 13.278**, de 02 de maio de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13278.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.278%2C%20DE%20,referente%20ao%20ensino%20da%20arte. Acesso em: 02 jun. 2023.
- BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**/ John Bury; organizadora Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. Brasília, DF: IPHAN / MONUMENTA, 2006.
- CARDOSO, Rafael. **A Academia Imperial de Belas Artes e o Ensino Técnico**. Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/rc_ebatecnico.htm. Acesso em: 19 maio 2023.
- CARNEIRO, João Paulo; BRAGA, Wania Jerônimo. **O ensino de artes: ausência, silenciamento e resistência no âmbito das relações étnico-raciais no campo educacional**. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 14, 14 de abril de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/14/o-ensino-de-artes-ausencia-silenciamento-e-resistencia-no-ambito-das-relacoes-etnico-raciais-no-campo-educacional>.

CAVALCANTI, Jardel Dias. **Artes Plásticas: vanguarda e participação política (Brasil anos 60 e 70)**. 2005. 250 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296838908.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

CONDURU, Roberto. **Arte Afro-brasileira**. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

COORDENAÇÃO NACIONAL MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (Brasil) (org.). **Movimento Negro Unificado**. Disponível em: <https://mnu.org.br/mnu/>. Acesso em: 19 maio 2023.

FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (Orgs.). **Relações Étnico- raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. 215 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Carmem. **Por que somos de cores diferentes?** São Paulo: Girafinha, 2006. 32p.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003**. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 67 – 89.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017, 160p.

IPHAN. **Iphan completa 70 anos de proteção da memória brasileira**. Publicado em: 13 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1774/iphan-completa-70-anos-de-protecao-da-memoria-brasileira>. Acesso em: 19 maio 2007.

IABELBERG, Rosa; SAPIENZA, Tarcísio Tatit; ARSLAN, Luciana Mourão. **Projeto Presente Arte**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2017. 120 p. (4º ano).

LOPES, Goya. **Tecelagem**, uma história ilustrada, Bahia. Solisluna, 2020. 32p.

MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. 36 p.

MEC/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: Arte - Ensino de primeira à quarta série**. Brasília, 1997. 130p.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ª ed. Belo Horizonte: autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Ivania de Fátima. **A (in) visibilidade da cultura negra africana no ensino de artes visuais**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Processos e Sistemas Visuais, Educação e Visualidade) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

PEREIRA, Dulce Maria. **A Face Negra do Brasil Multicultural**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000073.pdf#:~:text=O%20Brasil%20tem%20a%20maior,negra%20maior%20que%20a%20brasileira>. Acesso em: 22 maio 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 136 p.
RICHTER, Ivone Mendes. **Multiculturalidade e interdisciplinaridade**. In: BARBOSA, Ana Mae (Org). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 95-104

VALVERDE, D.; STOCCO. **Notas para interpretação das desigualdades raciais na educação**. Estudos Feministas, 2009, v. 17, n. 3, p. 909-920.

VASCONCELOS, Joana Carneiro. **Kioni, a pequena mandingueira: a lenda do berimbau**. Mapto, 2021.

VENTURA, Alexandre. **Carybé: cotidiano de Salvador em meados do século XX**. Fundação Clóvis Salgado. Disponível em: <https://fcs.mg.gov.br/a-criacao-escultorica-de-leandro-gabriel/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

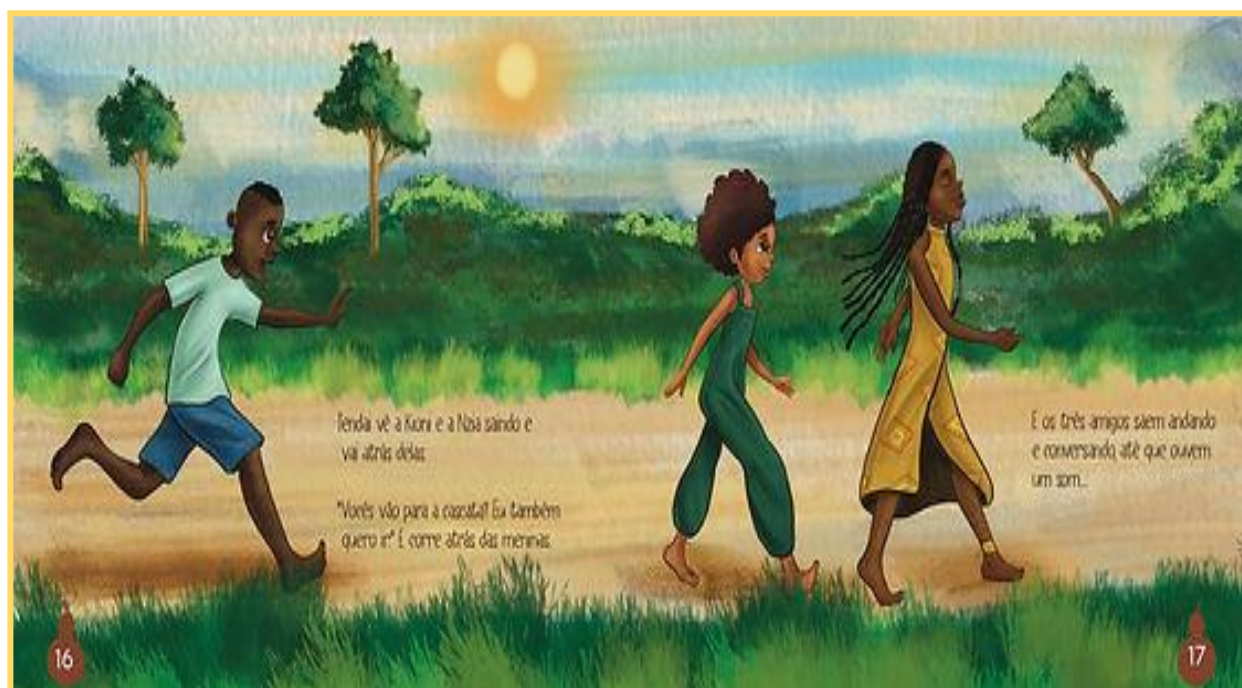
XAVIER, Cleber Cardoso. **Escola Parque**: Apontamentos sobre Anísio Teixeira e o Ensino de Arte no Brasil. 2017. 147 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arte, Artes Visuais, Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32017>. Acesso em: 26 maio 2023.

ANEXOS:

Anexo 1 – Caixa de lápis de cor.



Anexo 2 – Livro: Kioni - A Pequena Mandingueira – Autora: Joana Carneiro



Anexo 3 – Livro: Tecelagem – Autora Goya Lopes